

RESENHA DE LIVROS

Daniele Lopes Oliveira¹⁹

BAUDRILLARD, Jean. **À Sombra das Maiorias Silenciosas**: O fim do social e o surgimento das massas. Editora Brasiliense. 4^o edição. Brasília: Ed. Brasiliense, 1985.

Nesta obra Jean Baudrillard sociólogo e filósofo francês falecido em 2007, faz uma reflexão sobre o surgimento das massas. Ele explica o surgimento do termo e porque precisamos compreender o que é essa massa e como ela se comporta no mundo político. Baudrillard, afirma que: do todo, o confuso amontoado do social, se move em torno desse referente esponjoso, dessa realidade ao mesmo tempo opaca e translúcida, desse nada que são: “as massas”. Mas as massas, não são boas condutoras do político, nem boas condutoras do social, nem boas condutoras do sentido em geral. Tudo as atravessa, tudo as magnetiza, mas nelas se dilui sem deixar traços. E na realidade o apelo às massas sempre ficou sem resposta. Elas não irradiam, ao contrário, absorvem toda a irradiação das constelações periféricas do Estado, da História, da Cultura, do Sentido. Elas são a inércia, a força da inércia, a força do neutro. É nesse sentido que a massa é característica da nossa modernidade, na qualidade de fenômeno altamente implosivo, irreduzível a qualquer prática e teoria tradicionais... Na representação...as massas flutuam em algum ponto entre a passividade e a espontaneidade selvagem, mas sempre como uma energia potencial, como um estoque de social e de energia social, hoje referente mudo, amanhã protagonista da história, quando elas tomarão a palavra e deixarão de ser a “maioria silenciosa” ora, justamente as massas não têm história a escrever, nem passado, nem futuro, elas não têm energias virtuais para liberar, nem desejo a realizar: sua força é atual, toda ela está aqui, e, é, a do seu silêncio. Força de absorção e de neutralização, desde já, superior a todas as que se exercem sobre elas. As Massas são a força de inércia (p. 5).

O termo massa não é um conceito. *Leitmotiv* da demagogia política, é uma noção fluida, viscosa, “*lumpen-analítica*”. Uma boa sociologia procurará abarcá-la em categorias “mais finas”: sócio profissionais, de classe, de *status* cultural, etc. Ela não tem “realidade” sociológica. Ela não tem nada a ver com alguma população real, com algum corpo, com algum agregado social específico (p. 6). Massa é sem atributo, sem predicado, sem qualidade, sem referência. Aí está sua definição, ou sua indefinição radical. Ela não tem “realidade” sociológica. Ela não tem nada a ver com alguma população real, com algum corpo, com algum agregado social específico. É o que nela produz a impossibilidade de circulação de sentido. Caixa preta de todos os referenciais, de todos os sentidos que não admitiu, da história impossível, dos

¹⁹ Pós-Doutora em Educação, Doutora em Educação pela PUC Goiás na linha de Educação, Sociedade e Cultura. Mestre em Ecologia e Produção Sustentável com ênfase em Legislação Ambiental e Preservação do Cerrado Goiano por meio da Educação Ambiental pela PUC Goiás. Graduada em Direito pela PUC Goiás. Graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação Albert Einstein. Especialista em Direito Civil e Processo Civil, Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho e Especialista em Auditoria e Perícia Ambiental pela UNINTER. Especialista em Docência Superior pela Fac-Lions/GO. Estudiosa de Ciências Políticas e Direitos Humanos e Relações Internacionais.

sistemas de representação inencontráveis, a massa é o que resta quando se esqueceu tudo do social (p. 7).

Quanto à impossibilidade de nela se fazer circular o sentido, o melhor exemplo é o de Deus. As massas conservaram dele somente a imagem, nunca a Ideia. Elas jamais foram atingidas pela Ideia de Deus, que permaneceu um assunto de padres, nem pelas angústias do pecado e da salvação pessoal. O que elas conservaram foi o fascínio dos mártires e dos santos, do juízo final, da dança dos mortos, foi o sortilégio, foi o espetáculo e o cerimonial da Igreja, a imanência do ritual contra a transcendência da Ideia. Foram pagãs e permaneceram pagãs à sua maneira, jamais frequentadas pela Instância Suprema, mas vivendo das miudezas das imagens, da superstição e do diabo. Práticas degradadas em relação ao compromisso espiritual da fé? Pode ser. Esta é a sua maneira, através da banalidade dos rituais e dos simulacros profanos, de minar o imperativo categórico da moral e da fé, o imperativo sublime do *sentido*, que elas repeliram. Não porque não pudessem alcançar as luzes sublimes da religião: elas as ignoraram. Não recusam morrer por uma fé, por uma causa, por um ídolo. O que elas recusam é a transcendência, é a interdição, a diferença, a espera, a ascese, que produzem o sublime triunfo da religião. Para as massas, o Reino de Deus sempre esteve sobre a terra, na imanência pagã das imagens, no espetáculo que a Igreja lhes oferecia (p. 7 e 8).

As massas são o “espelho do social”? Não, elas não refletem o social, nem se refletem no social é o espelho do social que nelas se espedaça. Ora, as massas funcionam mais como um gigantesco buraco negro que inflete, submete e distorce inexoravelmente todas as energias e radiações luminosas que se aproximam. Esfera implosiva, em que a curvatura dos espaços se acelera, em que todas as dimensões se encurvam sobre si mesmas e involuem até se anularem, deixando em seu lugar e espaço somente uma esfera de absorção potencial (p. 8). Bobagens: as massas resistem escandalosamente a esse imperativo da comunicação racional. O que se lhes dá é sentido e elas querem espetáculo. Nenhuma força pôde convertê-las à seriedade dos conteúdos, nem mesmo à seriedade do código. O que se lhes dá são mensagens, elas querem apenas signos, elas idolatram o jogo de signos e de estereótipos, idolatram todos os conteúdos desde que eles se transformem numa sequência espetacular. O que elas rejeitam é a “dialética” do sentido (p. 8 e 9). Temem essa transparência e essa vontade *política* como temem a morte. Elas “farejam” o terror ... reduzindo todos os discursos articulados a uma única dimensão irracional e sem fundamento, onde os signos perdem seu sentido e se consomem na fascinação: o espetacular.

Uma vez mais, não se trata de mistificação: trata-se de sua exigência própria, de uma contra estratégia expressa e positiva, trabalho de absorção e de aniquilamento da cultura, do saber, do poder, do social (p. 9). O político e o social nos parecem inseparáveis, constelações gêmeas sob o signo (determinante ou não) do econômico, pelo menos desde a Revolução Francesa. Mas hoje, para nós, isso provavelmente só é verdade para o seu declínio simultâneo. Exemplificando com Maquiavel, quando o político surge da esfera religiosa e eclesial na época da Renascença, ele é antes de

tudo apenas um puro jogo de signos, uma pura estratégia que não se preocupa com nenhuma “verdade” social ou histórica, mas, ao contrário, joga com a ausência de verdade.

O espaço político inicialmente é da mesma natureza do teatro de intriga. Do cinismo e da imoralidade da política maquiaveliana estão: não no uso sem escrúpulos dos meios com que se confundiu na concepção vulgar, mas na desenvoltura com relação aos fins. Pois, Nietzsche o viu bem, é nesse menosprezo por uma verdade social, psicológica, histórica, nesse exercício dos simulacros enquanto tais, que se encontra o máximo de energia política, nesse momento em que o político é um jogo e ainda não se deu uma razão. É a partir do século XVIII, e particularmente depois da Revolução, que o político se infletiu de uma maneira decisiva. Ele se encarrega de uma referência social, o social se apodera dele. No mesmo momento começa a ser representação, seu jogo é dominado pelos mecanismos representativos.

A cena política se torna a cena da evocação de um significado fundamental: o povo, a vontade do povo, etc. Ela não trabalha mais só sobre signos, mas sobre sentidos, de repente eis que é obrigada a significar o melhor possível esse real que ela exprime, intimada a se tornar transparente, a se mobilizar e a responder ao ideal social de uma boa representação. Mas durante muito tempo ainda haverá um equilíbrio entre a esfera própria do político e as forças que nele se refletem: o social, o histórico e o econômico. Este equilíbrio sem dúvida corresponde à idade de ouro dos sistemas representativos burgueses (a constitucionalidade: a Inglaterra do século XVIII, os Estados Unidos da América, a França das revoluções burguesas, a Europa de 1848). É com o pensamento marxista em seus desenvolvimentos sucessivos que se inaugura o fim do político e de sua energia própria. Nesse momento começa a hegemonia definitiva do social e do econômico, e a coação, para o político, de ser o espelho, legislativo, institucional, executivo, do social.

A autonomia do político é inversamente proporcional à crescente hegemonia do social (p. 12). O pensamento liberal sempre viveu de uma espécie de dialética nostálgica entre os dois, mas o pensamento socialista, o pensamento revolucionário postula abertamente uma dissolução do político no fim da história, na transparência definitiva do social. O social triunfou. Mas a esse nível de generalização, de saturação, em que só há o grau zero do político, a esse nível de referência absoluta, de onipresença e de difração em todos os interstícios do espaço físico e mental, o que se torna o próprio social? É o sinal de seu fim: a energia do social se inverte, sua especificidade se perde, sua qualidade histórica e sua idealidade desaparecem em benefício de uma configuração em que não só o político se volatilizou, mas em que o próprio social não tem mais nome. Anônimo. A Massa. As Massas.

Enfraquecimento do político de uma pura ordenação estratégica a um sistema de representação, depois ao cenário atual de neofiguração, isto é, em que o sistema se perpetua sob os mesmos signos multiplicados, mas que não representam mais nada e não têm seu “equivalente” numa “realidade” ou numa substância social real: não há mais investidora política porque também não há mais referente social de definição clássica (um povo, uma classe, um proletariado, condições objetivas) para atribuir uma força a signos políticos eficazes. Simplesmente não há significado social para dar força a um significante político. O único referente que ainda funciona é o da

maioria silenciosa. Todos os sistemas atuais funcionam sobre essa entidade nebulosa, sobre essa substância flutuante cuja existência não é mais social, mas estatística, e cujo único modo de aparição é o da sondagem. Simulação no horizonte do social, ou melhor, no horizonte em que o social já desapareceu.

As massas não são mais um referente porque não têm mais natureza representativa. Elas não se expressam, são sondadas. Elas não se refletem, são testadas dependem mais de uma dimensão representativa, mas, simulativa (p. 13). Eles não visam mais um referente, mas um modelo. A revolução aqui é total contra os dispositivos da socialidade clássica (de que ainda fazem parte as eleições, as instituições, as instâncias de representação, e esmo a repressão): em tudo isso, o sentido social ainda passa de um polo ao outro, numa estrutura dialética que dá lugar a um jogo político e às contradições.

Tudo muda com o dispositivo de simulação. Modelo de simulação e referente imaginário para uma classe política fantasma que desde já não sabe que espécie de “poder” exerce sobre ela, a massa é ao mesmo tempo a morte, o fim desse processo político que supostamente a governa. Na massa o político se deteriora como vontade e representação. Durante muito tempo a estratégia do poder pôde parecer se basear na apatia das massas. Quanto mais elas eram passivas, mais ele estava seguro. Mas essa lógica só é característica da fase burocrática e centralista do poder. E é ela que hoje se volta contra ele: a inércia que fomentou se tornou o signo de sua própria morte. É por isso que o poder procura inverter as estratégias: da passividade à participação, do silêncio à palavra. Mas é muito tarde.

O limite da “massa crítica”, o da involução do social por inércia, foi transposto. Mas este é um processo contraditório, porque a informação e a segurança, sob todas as suas formas, em vez de intensificar ou de criar a “relação social”, são ao contrário processos entrópicos, de modalidades do fim do social (p. 15). Acredita-se que se estruturam as massas injetando-lhes informação, acredita-se que se libera sua energia social cativa... Mas é exatamente o contrário. Em vez de transformar a massa em energia, a informação sempre produz mais massa. Em vez de informar como ela pretende, isto é, dar forma e estrutura, neutraliza sempre mais o “campo social”, cria cada vez mais massa inerte impermeável às instituições clássicas do social, e aos próprios conteúdos da informação.

À fissão das estruturas simbólicas pelo social e sua violência racional sucede hoje a fissão do próprio social pela violência “irracional” dos meios de comunicação e de informação o resultado final sendo exatamente a massa atomizada... resultado de dois séculos de socialização acelerada e que aí chega inapelavelmente ao fim. Massa só é massa porque sua energia social já se esfriou. Na realidade, é o mesmo sentido da mercadoria. Antigamente bastava ao capital produzir mercadorias, o consumo sendo mera consequência. Hoje é preciso produzir os consumidores, é preciso produzir a própria demanda e essa produção é infinitamente mais custosa do que a das mercadorias.

A massa atualiza a mesma situação limite e insolúvel no campo do “social”. Ela não é objetivável (em termos políticos: ela não é representável) e anula todos os sujeitos que pretenderiam captá-la (em termos políticos: anula todos aqueles que

pretenderiam representá-la) (p. 16). Também a esfera política só vive de uma hipótese de credibilidade, a saber, que as massas são permeáveis à ação e ao discurso, que elas têm uma opinião, que elas estão presentes atrás das sondagens e das estatísticas. É somente a este preço que a classe política ainda pode acreditar que fala e é ouvida politicamente. Enquanto o político há muito tempo é considerado só como espetáculo no interior da vida privada, digerido como divertimento semidesportivo, semilúdico (veja-se o voto vencedor das eleições americanas, ou as tardes de eleições no rádio ou na tevê), e na forma ao mesmo tempo fascinada e maliciosa das velhas comédias de costumes.

O jogo eleitoral se identifica há muito tempo aos jogos televisados na consciência do povo. Este, que sempre serviu de álibi e de figurante para a representação política, se vinga entregando-se à representação *teatral* da cena política e de seus atores. O povo tornou-se *público*. É o jogo, o filme ou os desenhos animados que servem de modelos de percepção da esfera política. O povo também aprecia dia-a-dia, como num cinema a domicílio, as flutuações de sua própria opinião na leitura cotidiana das sondagens. Nada disso tudo incita a uma responsabilidade qualquer.

Em momento algum as massas são engajadas de modo consciente política ou historicamente. Elas nunca o foram, só para se matar, com total irresponsabilidade. E isso não é uma fuga diante do político, mas o efeito de um antagonismo inextinguível entre a classe portadora do social, do político, da cultura, senhora do tempo e da história, e a massa informe, residual, despojada de sentido. A primeira sempre procura aperfeiçoar o reino do sentido, investir, saturar o campo do social, a segunda sempre desvia todos os efeitos do sentido, neutraliza-os e os rebate. Nesse enfrentamento, aquela que o venceu não é absolutamente a que se pensa (p. 21 e 22).

O recuo para o privado até poderia ser *um desafio direto ao político*, uma forma de resistência ativa à manipulação política. Os papéis se invertem: é a banalidade da vida, a vida corrente, tudo o que se estigmatizara como pequeno-burguês, abjeto e apolítico que se torna o tempo forte; e é a história e o político que desenvolvem sua instrumentalidade abstrata (p. 22). O Último sobressalto dos intelectuais para exaltar a insignificância, para promover o não-sentido na ordem do sentido. E revertê-lo à razão política.

A banalidade, a inércia, o apoliticismo eram fascistas, agora se tornam revolucionários sem mudar de sentido, isto é, sem deixar de ter sentido. Microevolução da banalidade, trans política do desejo mais um truque dos “libertadores”. A negação do sentido não tem sentido (p. 23). A emergência das majorias silenciosas se integra no ciclo completo da resistência histórica ao social. Resistência ao trabalho, evidentemente, mas também resistência à medicina, resistência à escola, resistência à segurança, resistência à informação.

A história oficial só registra o progresso ininterrupto do social, relegando às trevas, como culturas passadas, como vestígios bárbaros, tudo que não concorreria para esse glorioso acontecimento. Ora, contrariamente ao que se poderia pensar (que o social definitivamente ganhou, que o movimento é irreversível, que o consenso sobre o social é total), a resistência ao social sob todas as suas formas progrediu mais

rapidamente ainda do que o social. Ela simplesmente tomou outras formas que não as primitivas e violentas, que foram reabsorvidas pela seguinte (o social vai bem, obrigado, só restam uns loucos para escapar ao registro, à vacinação e às vantagens da segurança).

Essas resistências frontais ainda corresponderiam a uma fase também frontal e violenta da socialização, e viriam mais de grupos tradicionais, procurando preservar sua cultura própria, suas estruturas originais. Não era a massa que resistia neles, mas sim as estruturas diferenciadas, contra o modelo homogêneo e abstrato do social. É também esse tipo de resistência que se encontra nos *two steps flow of communication* (duplo fluxo de comunicação) que a sociologia americana analisou: a massa absolutamente constitui uma estrutura passiva de recepção das mensagens dos meios de comunicação, sejam elas políticas, culturais ou publicitárias (p. 23).

As massas, estas aceitam tudo e desviam tudo em bloco no espetacular, sem exigência de um outro código, sem exigência de sentido, na realidade sem resistência, mas fazendo com que tudo passe para uma esfera indeterminada que não é nem mesmo a do não-sentido, mas a da fascinação/manipulação de todos os azimutes. O mesmo aconteceu com a técnica, com a ciência e com o saber. Destinados a uma prática mágica e a um consumo “espetacular”. Aconteceu o mesmo com o próprio consumo. Levando em conta a seriedade de sua “teoria das necessidades” e o consenso geral sobre o discurso da utilidade, para seu próprio estupor os economistas nunca conseguiram racionalizar o consumo. Mas isso porque a prática das massas nunca teve imediatamente nenhuma relação (talvez nunca tenha) com as necessidades. Elas fizeram do consumo uma dimensão de *status* e de prestígio, de promessa inútil ou de simulação, de *potlatch* que de qualquer maneira excederia o valor de uso.

Na verdade, trata-se de lhes inculcar de todos os lados (propaganda oficial, associação de consumidores, ecólogos, sociólogos) a boa prática e o cálculo funcional em matéria de consumo, mas sem esperança. Porque é pelo valor/signo e pelo jogo desenfreado do valor/signo (onde os economistas, mesmo quando tentaram integrá-lo como variável, não deixaram de ver uma inclinação da razão econômica), é por isso que as massas põem à prova a economia, resistem ao imperativo “objetivo” das necessidades e à ponderação racional dos comportamentos e dos fins. Valor/signo em vez de valor de uso já é um desvio da economia política. E que não se diga que tudo isso afinal serve ao valor de troca, isto é, ao sistema. Porque se o sistema se sai muito bem com esse jogo e até mesmo o favorece (as massas “alienadas” nos *gadgets*, etc.) isso não é o essencial e o que esse deslize, essa derrapagem inaugura a longo prazo inaugura desde agora, é o fim do econômico, isolado de todas as suas definições racionais pelo uso excessivo, mágico, espetacular, indireto e quase paródico que as massas fazem dele.

Uso a-social, resistente a todas as pedagogias socialistas uso aberrante através do qual as massas (nós, vocês, todo o mundo) inverteram a economia política desde agora. Não esperaram as revoluções futuras nem as teorias que pretendem libertá-las de um movimento “dialético”. Elas sabem que não se liberta de nada e que só se abole um sistema obrigando-o ao hiperlógico, impelindo-o a um uso excessivo que equivale a um amortecimento brutal. “Vocês querem que se consuma pois, bem,

consumamos sempre mais, e não importa o quê; para todos os fins inúteis e absurdos [...]” (p. 24). Massas, meios de comunicação e terrorismo, em sua afinidade, triangular, descrevem o processo de implosão hoje dominante (p. 31). O processo acelera e atinge sua extensão máxima com os meios de comunicação de massa e com a informação.

As mídias, todas as mídias, e a informação, *qualquer* informação, funcionam nos dois sentidos: aparentemente produzem mais social e neutralizam profundamente as relações sociais e o próprio social. Mas, então, se o social é ao mesmo tempo destruído por aquele que o produz (os mídia, a informação) e reabsorvido pelo que produz (as massas), segue-se que a definição é nula, e que esse termo que serve de alibi universal para todos os discursos não analisa nada, não designa nada. Ele não é somente supérfluo e inútil em toda a parte em que aparece esconde outra coisa: desafio, morte, sedução, ritual, repetição, esconde que é abstração e resíduo, ou mesmo simplesmente *efeito* de social, simulação e miragem.

O social, Ele não é somente supérfluo e inútil, em toda a parte em que aparece esconde outra coisa: desafio, morte, sedução, ritual, repetição, esconde que é abstração e resíduo, ou mesmo simplesmente *efeito* de social, simulação e miragem (p. 33). A energia ininterrupta do social surgiu há dois séculos com a desterritorialização e a concentração sob instâncias cada vez mais unificadas. Espaço perspectivo centralizado que dá um sentido a tudo o que nele se insere por simples convergência numa linha de fuga ao infinito (como o espaço e o tempo, o social efetivamente abre uma perspectiva ao infinito). Não há definição do social senão nessa perspectiva panóptica (p. 34). Então evidentemente não se pode mais dizer que o social morre, pois ele é desde sempre acumulação do morto. Com efeito, estamos numa civilização do super-social, e simultaneamente do resíduo indegradável, indestrutível, que se expande na própria medida da extensão do social (p. 36). Em 1544 abriu-se o primeiro grande estabelecimento de pobres em Paris: vagabundos, dementes, doentes, todos aqueles que o grupo não integrou e deixou como sobras serão adotados sob o signo nascente do social. Este se expandirá às dimensões da assistência pública no século 19, depois à Segurança Social no século 20.

À medida que se reforça a razão social, é ‘a coletividade toda que logo se torna residual e, portanto, com uma espiral mais, é o social que se alarga. Quando a sobra atinge as dimensões da sociedade toda, tem-se uma socialização perfeita. Todo o mundo está perfeitamente excluído e adotado, perfeitamente desintegrado e socializado. De onde o sabor de uma expressão como: “na responsabilidade da sociedade em relação a seus membros deserdados”, quando se sabe que o “social”, exatamente, é só a instância que resulta deste desamparo (p. 37). O social existe para cuidar de absorver o excedente de riqueza que, redistribuído sem outra forma de processo, arruinaria a ordem social, criaria uma situação intolerável de utopia (p. 39). É o *mau uso das riquezas* que salva uma sociedade. Nada mudou desde Mandeville e sua *Fábula das Abelhas*. E o socialismo nada pode contra isso. Toda a economia política foi inventada para resolver esse paradoxo, essa ambiguidade maléfica do funcionamento do social. Mas ela sempre fracassou, por uma espécie de funcionamento de segundo grau. Ou na verdade ela está prestes a conseguir e após ter visto o político se abolir e se diluir no social, estamos prestes a ver o social se

incorporar no econômico - uma economia ainda mais política, e desprovida do “ubris”, da desmedida e do excesso que ainda caracterizaria a fase capitalista? O social realmente existiu, mas não existe mais. Existiu como espaço coerente, como princípio de realidade: a relação social, a produção de relações sociais, o social como abstração dinâmica, lugar de conflitos e de contradições históricas, o social como estrutura e como possibilidade, como estratégia e como ideal, tudo isso teve um sentido, isso quis dizer alguma coisa.

O social não foi sempre um equivoco, como na primeira hipótese, nem uma sobra, como na segunda. Mas justamente só teve sentido, como o poder, como o trabalho, como o capital, num espaço perspectivo de distribuição racional, espaço finalizado de convergência ideal, que é também o da produção em suma, na bifurcação estreita de simulacros de segunda ordem, e hoje morre incorporado aos simulacros de terceira ordem (p. 41). Não foi a esquerda que derrubou a direita segundo um processo de ruptura, nem que a sucedeu segundo um processo de alternância. Houve algo de estranho no modo de aparição dessa esquerda, correlativo aliás do modo de desaparecimento da direita. Esta simplesmente foi esfacelada, como algo que não existia há muito tempo, suspeitava-se disso. Mas a esquerda também não existe há muito tempo. Isso não a impediu de aparecer prodigiosamente, de repente, de ressuscitar como a vocação fundamental da sociedade francesa, como um patrimônio eterno.

Não é, portanto, propriamente nem uma revolução nem um incidente histórico, mas uma espécie de parto pós-histórico retardado há muito tempo, uma espécie de libertação muito particular, a de uma criança escondida, que o capital teria feito às costas da sociedade francesa. Em algum lugar, no mais íntimo da famosa “consciência popular”, a classe política, seja ela qual for, permanece o inimigo fundamental. Ao menos, é preciso esperá-lo (p. 45). Mas essa é outra história. De qualquer maneira, o poder hoje está deixado às pessoas (e isso não vale somente para os socialistas) que explicitamente renunciaram ao seu exercício, que não têm mais nada.

De político e se declaram abertamente inaptas para a ambiguidade, para a imoralidade do discurso (o que é a própria energia de uma ambição mundana, a respeito disso Maquiavel e os jesuítas estão perfeitamente de acordo) e fiéis à transparência da ideia. O que resta então aos intelectuais, de que a transparência da ideia é a profissão de fé? Se o social se põe a funcionar de boa vontade, então o que resta para ser verdadeiramente político senão funcionar de má vontade? Porque o intelectual infelizmente sempre é bastante virginal para ser cúmplice da repressão ao vício. Ele também não está à altura do exercício cínico, isto é, imoral e ambíguo do pensamento, assim como os políticos não estão à do poder (p. 49).

Por isso caíram não só os juízos de fato, mas os juízos de valor e a decisão política (certamente tudo se joga numa simulação de racionalidade econômica, que de qualquer maneira ninguém compreende, mas que importa? A ficção da jurisdição da economia pode se tornar todo-poderosa ela se torna a verdadeira convenção coletiva). Desta vez se nos propõe uma outra convenção coletiva: é a moral e a cultural que se materializam como prótese de governo. Social-prótese, cultura-prótese (“Suas ideias nos interessam”, “Sua criatividade nos interessa” o banqueiro da BNP era mais fraco: “Seu dinheiro me interessa”, e os povos do Terceiro Mundo mais brutais: “Seu

lixo nos interessa”), reinvenção, após muita gestão objetiva que encurralou as pessoas à indiferença, de uma subjetividade social apoiada sobre seus mortos (o Panteão), bebendo nas ruínas do imaginário histórico o que sintetizar num fantoche de vontade coletiva (p. 50).

Não foi a esquerda que derrubou a direita segundo um processo de ruptura, nem que a sucedeu segundo um processo de alternância. Houve algo de estranho no modo de aparição dessa esquerda, correlativo aliás do modo de desaparecimento da direita. Não é, portanto, propriamente nem uma revolução nem um incidente histórico, mas uma espécie de parto pós-histórico retardado há muito tempo. Também não acredito que as pessoas se iludam sobre a substância política das eleições. Mas se serviram à sua maneira cinematográfica, por assim dizer: extraíram do meio eleitoral um efeito especial, uma aposta. Na realidade, nós não deveríamos ter tal medo, porque esse socialismo é só o simulacro de uma alternativa, não é exatamente um acontecimento, mas a materialização póstuma de uma ideologia revolucionária. Tal é o sonho socialista, enlouquecido de transparência, inundado de ingenuidade.